**conhecimento sobre legislação pesqueira DOS PESCADORES DA RESERVA EXTRATIVISTA DE CANAVIEIRAS, BAHIA**

**Susane Barbosa Vitena Fernandes1; José Rodrigo Lírio Mascena2; Nádira Naiane Cerqueira Rocha3; Raisa Dias Brito4; Vitória Lacerda Fonseca5\*; Marcelo Carneiro de Freitas6.**

¹[susanevitena@hotmail.com](mailto:susanevitena@hotmail.com" \t "_blank) - Engenheira de Pesca/UFRB ²[rodrigo\_mascena@hotmail.com](mailto:rodrigo_mascena@hotmail.com) Discente do Curso de Engenharia de Pesca/UFRB. 3[na.di.ra.r@hotmail.com](mailto:na.di.ra.r@hotmail.com) Discente do Curso de Engenharia de Pesca/UFRB. 4[raisa\_dias\_brito@hotmail.com](mailto:raisa_dias_brito@hotmail.com) Discente de Engenharia de Pesca/UFRB. 5[vickylacerda@hotmail.com](mailto:vickylacerda@hotmail.com) Discente do Curso de Engenharia de Pesca/UFRB. 6[marcfreitas@gmail.com](mailto:marcfreitas@gmail.com) Docente do Curso de Engenharia de Pesca, Centro de Ciências, Agrárias, Ambientais e Biológicas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, UFRB.

**RESUMO**

Este trabalho teve como principal objetivo o levantamento de dados socioeconômicos da atividade pesqueira na Reserva Extrativista de Canavieiras, Bahia. No período de fevereiro a setembro de 2016, foram realizadas entrevistas com pescadores da reserva, utilizando um questionário semiestruturado, para obter dados socioeconômicos dos pescadores. Foi aplicado um total de 65 questionários aos pescadores artesanais que pescavam na RESEX de Canavieiras. Dos entrevistados 79% disseram conhecer as leis relacionadas com a pesca, 20% falaram não saber e 1 % não responderam. Dentre os pescadores, 69% disseram receber orientação sobre as leis de pesca da associação de pescadores colônia Z-20, IBAMA, Marinha, AMEX, ICMBIO e RESEX, 28% disseram não receber nenhuma orientação e 3% não responderam. Em relação ao conhecimento dos pescadores sobre as leis que envolvem a pesca, a maioria relatou saber sobre o defeso (44%), de forma mais geral, entretanto, outros citaram defesos mais específicos como do robalo (20%), caranguejo (6%) e camarão (3%). O recebimento do seguro defeso foi relatado pela maior parte dos pescadores entrevistados (69%). No período de defeso de algumas espécies, os pescadores relataram pescar outras espécies (68%), outros não pescam (31%) e não respondeu (1%). Os pescadores entrevistados relataram existir fiscalização no local de pesca (52%), no qual presenciaram os seguintes órgãos fiscalizadores: IBAMA, Capitania dos Portos e ICMBIO. A maioria disse conhecer pescadores que já tiveram a embarcação ou pescados apreendidos (60%). Mais de três quartos dos pescadores entrevistados disseram conhecer as leis de pesca, a lei do defeso foi a mais citada entre os entrevistados, isso se deve à maioria desses receberem o seguro nos períodos de defeso de algumas espécies na região. Os pescadores em sua maioria não deixam de pescar outras espécies que não estão em período de desova, mesmo com mais da metade relatando que ocorre fiscalização no estuário. Os entrevistados parecem compreender a importância de conhecer as leis de pesca, podendo aproveitar seus benefícios e respeitá-las para não acabarem prejudicando a si mesmos e seus colegas.

**Palavras-chave:** Comunidades, lei, preservação.

**ABSTRAT**

This work had as main objective the survey of socioeconomic data of the fishing activity in the Extractive Reserve of Canavieiras, Bahia. From February to September 2016, interviews were conducted with fishermen from the reserve using a semi-structured questionnaire to obtain socioeconomic data from fishermen. 65 questionnaires were applied to the artisanal fishermen who fished at the Canavieiras RESEX. Among the respondents, 79% said they knew the laws related to fishing, 20% said they did not know and 1% did not respond. Among the fishermen, 69% said they received guidance on fishing laws from the colony Z-20, IBAMA, Navy, AMEX, ICMBIO and RESEX, 28% said they did not receive any guidance and 3% did not respond. Regarding fishermen's knowledge of fishing laws, the majority reported knowing about the closed period (44%), more generally, while others cited more specific closed periods such as snook (20%), crab (6%) and shrimp (3%). The receipt of “seguro defeso” was reported by most of the fishermen interviewed (69%). In the closed period for some species, fishermen reported fishing other species (68%), others did not fish (31%) and did not respond (1%). The fishermen interviewed reported that there was surveillance at the fishing site (52%), in which the following inspection bodies were present: IBAMA, Capitania dos Portos and ICMBIO. Most said they met fishermen who already had the vessel or fish seized (60%). More than three-quarters of the fishermen interviewed said they knew the fishing laws, the law of the closed period was the most cited among the respondents, this is due to the fact that most of them receive the insurance in the closed periods of some species in the region. Most fishermen do not stop fishing other species that are not in spawning season, even with more than half reporting that surveillance occurs in the estuary. The interviewees seems to understand the importance of knowing the fishing laws, respecting it and being able to take advantage of their benefits so as not to end up hurting themselves and their colleagues.

**Key words:** Communities, law, preservation.

**INTRODUÇÃO**

A pesca artesanal é considerada uma das mais antigas atividades exercidas pelo homem, proporcionou ao longo de anos que pescadores adquirissem um vasto conhecimento relacionado ao ciclo de vida dos organismos capturados, período em que ocorre a reprodução e meios de localizar os cardumes (DIEGUES, 2004). Desta maneira, a pesca é uma atividade importante para gerar renda e fomentar proteína animal a muitas famílias, com papel relevante para a conservação cultural das comunidades pesqueiras (PEDROSA et al., 2013).

Segundo Franco (2009), no Brasil foram criadas medidas em relação a pesca para preservação das regiões costeiras e seus recursos naturais, como permissões de pesca ligadas às embarcações para controle do esforço; permissão de pesca para os pescadores; paralisação da pesca por determinado período ou em determinado local; restrições sobre aparelhos de pesca; limitação de comprimento e/ou peso dos indivíduos capturados; e mais recentemente, o uso de mecanismos de escape da fauna acompanhante e a criação de reservas extrativistas marinhas.

As Reservas extrativistas nasceram associadas a identidade territorializada no país, ou seja, este tipo de Unidade de Conservação busca a preservação daquele ecossistema e de uma população ali inserida, que usam poucos recursos do ambiente que vivem e conseguem gerar renda sem grandes prejuízos a natureza (VALENCIO, 2009).

A pesca extrativista brasileira apresenta um papel relevante para o progresso das comunidades costeiras, que contribui para o fornecimento de alimento assim como o fortalecimento da atividade social e econômica (BEGOSSI et al., 2004). Esta pesca emprega diretamente cerca de 830 mil pessoas, sendo somente na Bahia um número superior a 105 mil pessoas inteiramente exercendo a atividade pesqueira, o que representa aproximadamente 27% dos pescadores do nordeste (BRASIL, 2009).

A pesca artesanal está sujeita a fatores internos e externos, presentes na relação entre os diferentes atores sociais e o meio ambiente, que ocupam e fazem uso da mesma região. Assim, torna-se fundamental conhecer a atividade como um todo, para que se possa notar as modificações e potencialidade de preservação dos recursos naturais (SANTOS *et al*.,2016).Este trabalho tem como objetivo descrever o conhecimento legislativo dos pescadores artesanais da RESEX de Canavieiras, Bahia.

# 2- MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho foi realizado no município de Canavieiras, localizada na região do sul da Bahia, limitando-se ao norte com o município de Una, a noroeste com Santa Luzia, ao sul com Belmonte, a oeste com Mascote e ao leste com o Oceano Atlântico.

Em Canavieiras encontra-se a Reserva Extrativista de Canavieiras com uma área de 100.726,36 hectares, localizada nos municípios de Canavieiras, Belmonte e Una no estado da Bahia. A RESEX foi criada pelo Decreto de 5 de junho de 2006, da Presidência da República, tendo o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista de Canavieiras criado pelo Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes, através da Portaria nº 71, de 3 de setembro de 2009. Este Conselho tem a finalidade de contribuir com ações voltadas à efetiva implantação do Plano de Manejo desta Unidade e ao cumprimento dos objetivos de sua criação.

No período de fevereiro a setembro de 2016 foram entrevistados 65 pescadores da RESEX, através de um questionário semiestruturado, confeccionado pelo Grupo de Estudos em Ciências Pesqueiras Marinhas e Continentais – CPMAC, para obter dados sobre os conhecimentos de legislação pesqueira. Este trabalho fez parte do Plano de Monitoramento e Avaliação – Programa Pesca Para Sempre Brasil, da ONG Rare, pelo Projeto Dinâmica Pesqueira no município de Canavieiras – BA. Este projeto foi autorizado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, através do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – SISBIO, através do número 52498-1.

Foi feito o primeiro contato com os pescadores através de diálogo, a fim de expor o motivo da pesquisa. As entrevistas foram realizadas para conhecer os pescadores, a atividade pesqueira na RESEX. As entrevistas preliminares aconteceram no local de desembarque do pescado, nas praias onde eles praticam a pesca, na colônia de pescadores Z-20, nas residências dos pescadores e também na abertura do projeto em Belmonte em que tinha grande número de pescadores reunidos. Então, formou-se uma rede de entrevistados onde obtivesse um número de informações importante se consistente para a análise da pesca na RESEX.

Os dados obtidos dos questionários foram tabulados em planilhas do excel, para serem analisados e permitir a elaboração de gráficos e tabelas, com o intuito de facilitar e ter uma melhor forma de apresentação dos resultados.

# 3- RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na pesca assim como em qualquer ou atividade é importante conhecer as leis que as regem, sabendo os direitos e deveres que existem, estando informados sobre os benefícios que lhes são dados como o seguro defeso, assim como infrações que não podem cometer como pescar uma espécie em seu período reprodutivo ou não respeitar o tamanho mínimo de captura, áreas proibidas de pesca, por exemplo. Dos entrevistados 79% disseram conhecer as leis relacionadas com a pesca, 20% falaram não saber e 1% não responderam. Dentre os pescadores, 69% disseram receber orientação sobre as leis de pesca da associação de pescadores colônia Z-20, IBAMA, Marinha, AMEX, ICMBIO e RESEX, 28% disseram não receber nenhuma orientação e 3% não responderam.

Em relação ao conhecimento dos pescadores sobre as leis que envolvem a pesca, a maioria relatou saber sobre o defeso (44%), de forma mais geral, entretanto outros citaram defesos mais específicos como do robalo (20%), caranguejo (6%) e camarão (3%) (Figura 1).

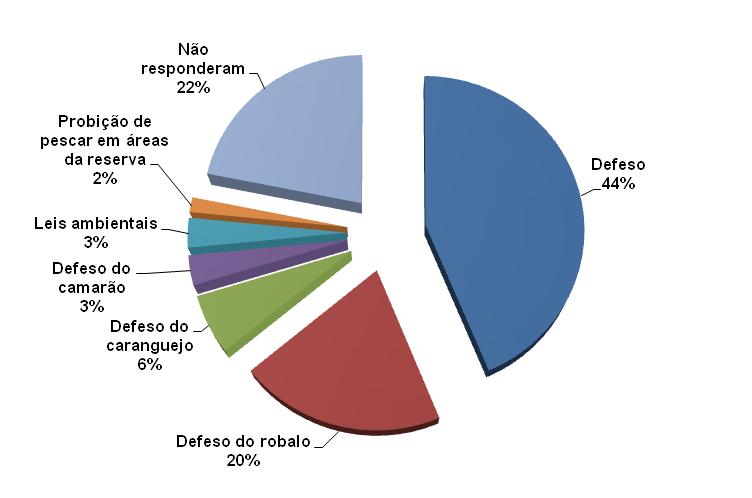


Figura 1: Percentual de citações dos pescadores sobre o conhecimento de leis da pesca RESEX de Canavieiras, Bahia.

O recebimento do seguro defeso foi relatado pela maior parte dos pescadores entrevistados (69%). A Previdência Social do Governo Federal brasileiro define este benefício como: O “seguro-defeso”, mas também conhecido como seguro-desemprego do pescador artesanal é uma assistência financeira temporária concedida aos pescadores profissionais artesanais que, durante o período de “defeso”, são obrigados a paralisar a sua atividade para preservação da espécie, para ter direito o pescador deve comprovar que exerce a pesca de maneira ininterrupta, seja sozinho ou em regime de economia familiar”.

Apesar deste período de parada na pesca, pelo defeso de algumas espécies, os pescadores relataram pescar outras espécies neste período (68%), outros não pescam (31%) e não respondeu (1%). O resultado é semelhante ao estudado por Mendonça e Pereira(2012), onde ele constatou que 64,3% dos pescadores entrevistados no estado da Paraíba recebem seguro defeso.

Os pescadores entrevistados relataram existir fiscalização no local de pesca (52%), no qual presenciaram os seguintes órgãos fiscalizadores: IBAMA, Capitania dos Portos e ICMBIO. A maioria disse conhecer pescadores que já tiveram a embarcação ou pescados apreendidos (60%).

**4- CONCLUSÃO**

Os pescadores da RESEX de Canavieiras demonstraram ter conhecimentos sobre leis de pesca, porém somente relacionado ao defeso, pois está intimamente ligado às suas atividades de trabalho, já que a maioria recebia este benefício, por atuar na captura de algum recurso pesqueiro que possui uma medida de proteção de seu estoque. Por se tratar de uma Reserva Extrativista, acordos de gestão deverão ser implementados, com isto torna-se necessário que haja um trabalho efetivo de apresentação das diversas leis que regem pesca dos diversos recursos pesqueiros, para que possam atuar de maneira mais ecológica e sustentável, na captura dos recursos pesqueiros.

# 5- AGRADECIMENTOS

A RARE pelo financiamento e viabilidade do projeto na RESEX de Canavieiras. A Associação Mãe da Reserva Extrativista de Canavieiras (AMEX) e aos pescadores da RESEX de Canavieiras pelo apoio e contribuição no fornecimento dos dados para realização deste trabalho.

# 6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAHIA. Secretaria de Promoção da Igualdade Racial - SEPROMI. **Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais - cartilha. 2a edição**. EGBA: Salvador, Bahia. 84p. 2013.

BEGOSSI, A.; LEME, A.; SEIXAS, C. S. **Ecologia de Pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia.** São Paulo: HucitecNepam/Unicamp: Nupaub/USP: Fapesp, 2004.

BRASIL. **Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura do Brasil – 2009.** Ministério da Pesca e Aquicultura., Brasília, 2009.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Brasília: DOU de 08/02/2007.

DIEGUES, A. C. **Pesca construindo sociedades**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2004.

FRANCO, A. C. N. P.; JUNIOR, R. S.; PIERRI, N.; SANTOS, G. C. S. Levantamento, sistematização e análise da legislação aplicada ao defeso da pesca de camarões para as regiões sudeste e sul do Brasil. **Boletim do Instituto de Pesca**, 35(4): 687-699. 2009.

KNOX, W; TRIGUEIRO, A.; ZANETTI, D. Os impactos socioambientais do desenvolvimento econômico na pesca artesanal: uma análise a partir dos modos de vida e de trabalho. **Revista Guará**, n. 2, 2014.

MENDONÇA, J.; PEREIRA, A. Avaliação do seguro-defeso concedido aos pescadores no estado da Paraíba. **Encontro de ciências sociais do norte e do nordeste**, v. 15, 2012.

PEDROSA, B. M. J.; LIRA, L.; MAIA, A. L. S. Pescadores urbanos da zona costeira do estado de Pernambuco, Brasil. **Boletim do Instituto de Pesca**, v. 39, p. 93 – 106, 2013.

SANTOS, M. do C. F.; DOS SANTOS, C. F.; FREIRE, J. L. Pesca artesanal do camarão *Macrobrachium acanthurus* e conflitos socioambientais: análise no rio Japaratuba (Sergipe–Brasil). **Acta of Fisheries and Aquatic Resources**, v. 4, n. 2, p. 18-27, 2016.

VALENCIO, N.; MARCHEZINI, V.; GERALDI, D.; SIENA, M. Plano de Manejo de Resex-Mar: o apoio de maquetes interativas na vocalização dos direitos dos grupos tradicionais. **Seminário de gestão socioambiental para o desenvolvimento sustentável da aqüicultura e da pesca no Brasil**, v*3*. 2009